



GT 02 | Compreendendo as Conexões e Interfaces do Direito à Cidade com a Justiça Climática e o Racismo Ambiental

## **PROTAGONISMO E SABERES DOS POVOS TRADICIONAIS E PERIFÉRICOS NA AGENDA CLIMÁTICA URBANA BRASILEIRA (RUMO À COP30)**

Jonatha Pereira Bugarim<sup>1</sup>  
Carla Juliana Mendonca de Araujo<sup>2</sup>  
Bruno Soeiro Vieira<sup>3</sup>

### **1 INTRODUÇÃO**

A justificativa deste estudo baseia-se na COP30, sediada em Belém (Brasil), que evidencia a necessidade de um debate climático enraizado nas realidades locais e nos grupos mais afetados. Esse tema dialoga diretamente com a ênfase do grupo de trabalho (GT) no reconhecimento de modos de vida marginalizados, na interseccionalidade racial e na construção de cidades mais justas e democráticas, questionando modelos tecnocráticos e excludentes de governança. O objeto de pesquisa é analisar as formas de participação, a incidência política e a incorporação dos conhecimentos e demandas de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades periféricas urbanas na formulação e implementação de políticas climáticas e urbanas no Brasil, especialmente no contexto da preparação para a COP30 em Belém.

A pergunta-problema desta investigação é: de que maneira o Estado brasileiro e as instituições de planejamento urbano podem garantir efetivamente o protagonismo e incorporar os saberes ancestrais, bem como as experiências vividas por povos tradicionais e comunidades periféricas, na construção de soluções para a crise climática urbana, assegurando direitos territoriais, justiça socioambiental e uma transição energética verdadeiramente justa, conforme reivindicado por movimentos sociais como a Cúpula dos Povos?

### **2 METODOLOGIA**

Esta seção descreve o delineamento metodológico adotado, incluindo abordagem, procedimentos, coleta e análise de dados, além de considerações éticas, limitações e contribuições da pesquisa. Adotou-se abordagem qualitativa para examinar profundamente os aspectos subjetivos e contextuais do fenômeno em questão. O estudo é de nível descritivo-exploratório, pois

---

<sup>1</sup> Mestrando em Direito Programa de Pós-graduação em Direito – UFPa. E-mail: bugarim@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em Direito Programa de Pós-graduação em Direito – UFPa. E-mail: araujocarlaajm@gmail.com

<sup>3</sup> Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará. Docente do Programa de Pós-graduação em Direito – UFPa. E-mail: bruno.vieira@ufpa.br



visa compreender e mapear as múltiplas dimensões da participação e da incidência política de populações historicamente marginalizadas. Em especial, investiga-se como os conhecimentos e as demandas de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades periféricas urbanas são incorporados nas políticas climáticas e urbanas, com foco na preparação para a COP30 em Belém.

Optou-se por revisão de literatura, baseada em levantamento sistemático e criterioso de fontes secundárias. Essa estratégia permitiu organizar informações de livros, artigos científicos, teses, dissertações, relatórios e documentos oficiais, oferecendo visão ampla e crítica do objeto de estudo. Os critérios de seleção dos materiais foram relevância temática, atualidade e rigor metodológico, garantindo consistência e confiabilidade das evidências. As bases de dados consultadas incluem Web of Science, Scopus, JSTOR, EBSCOhost, MEDLINE e o Banco de Dados de Eventos de Emergência.

A coleta de dados ocorreu por meio de buscas em bases especializadas e bibliotecas digitais, utilizando descritores alinhados aos eixos temáticos da pesquisa. Foram considerados estudos que abordassem direta ou indiretamente participação, incidência política e políticas públicas relacionadas ao clima e à urbanização. Essa etapa possibilitou a compilação de um repertório teórico sólido, sustentáculo da análise crítica do fenômeno investigado.

Os dados extraídos da literatura foram analisados segundo a proposta metodológica de Bardin, escolhida por sua capacidade de sistematizar e interpretar informações qualitativas, identificando categorias e temas recorrentes. O procedimento seguiu três fases:

1. Pré-análise: leitura flutuante dos materiais e definição dos indicadores e das unidades de análise.
2. Exploração do material: codificação dos dados e identificação das categorias emergentes, que deram origem aos eixos temáticos da pesquisa.
3. Tratamento dos resultados: interpretação das categorias identificadas, relacionando-as ao objeto de estudo e aos pressupostos teóricos do campo.

Foram utilizados os seguintes descritores:

- Para delimitar a dimensão da crise climática e suas implicações: “climate crisis”, “climate emergency”.
- Para discutir governança e políticas: “governance”, “policy”.
- Para abordar a perspectiva social: “social actors”, “interests”, “values”, “justice”, “equity”.
- Para explorar alternativas e estratégias de enfrentamento: “transition”, “energy transition”.

O estudo focaliza especialmente os mecanismos e desafios para a preparação da COP30 em Belém.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**



A incorporação efetiva dos saberes ancestrais e das experiências de povos tradicionais e de comunidades periféricas nas soluções para a crise climática urbana no Brasil ainda enfrenta grandes entraves. O protagonismo desses grupos e a garantia de justiça socioambiental e de direitos territoriais dependem de mudanças estruturais na governança, do fortalecimento do engajamento social e da integração coerente de políticas públicas.

É extremamente relevante destacar as barreiras e limitações atuais. As políticas urbanas e climáticas brasileiras, mesmo quando inovadoras, frequentemente deixam de integrar plenamente as demandas e saberes das comunidades tradicionais e periféricas, priorizando abordagens técnicas e setoriais em vez de soluções sociais e participativas (Giulio; Bedran-Martins; Vasconcellos; Ribeiro; Lemos, 2018; Sotto; Philippi; Yigitcanlar; Kamruzzaman, 2019). Nesse sentido, a influência de interesses privados, a falta de fiscalização e a limitação do poder municipal dificultam a consolidação de intervenções adaptativas inclusivas (Sotto; Philippi; Yigitcanlar; Kamruzzaman, 2019). A agenda de cidades inteligentes (smart cities) tem privilegiado soluções tecnológicas e interesses econômicos, negligenciando o bem-estar do cidadão e a participação social (Mendes, 2022).

Por outro lado, os caminhos para o protagonismo e para a justiça socioambiental passam pela governança policêntrica, pela participação social, pela inovação e pelas redes de cooperação. A governança policêntrica, entendida como a adoção de modelos colaborativos que envolvem Estado, sociedade civil, movimentos sociais e comunidades locais, é apontada como alternativa para superar a lógica neoliberal e promover justiça socioambiental (Farias; Bedoni; Maia, 2023).

A participação social e a inovação são igualmente essenciais. As experiências com soluções baseadas na natureza mostram potencial de inovação social quando há envolvimento de grupos vulneráveis, inclusão de questões de gênero e valorização de saberes locais no planejamento e na execução das ações (Seleguim et al., 2024). Da mesma forma, as redes de cooperação — tanto em nível municipal quanto em parcerias internacionais — fortalecem as capacidades locais, disseminam boas práticas e ampliam o diálogo entre diferentes esferas de governo, facilitando a incorporação de demandas sociais e territoriais (Macedo; Jacobi; Oliveira, 2023).

## **MECANISMOS PARA GARANTIR PROTAGONISMO E INCORPORAÇÃO DE SABERES**

Reyes-García et al. (2018) chamam a atenção para a necessidade de participação ativa dos povos e comunidades tradicionais. Segundo David-Chavez e Gavin (2018), projetos de restauração e adaptação climática são mais bem-sucedidos quando essas comunidades participam desde o início, colaborando no planejamento, na execução e no monitoramento das ações, e quando suas instituições e práticas são reconhecidas e respeitadas.



É fundamental adotar uma abordagem baseada em direitos, garantindo que povos tradicionais e periféricos tenham poder de decisão efetivo sobre seus territórios e políticas ambientais, superando barreiras institucionais e relações desiguais de poder (Shawoo; Thornton, 2019). Além disso, a integração dos saberes ancestrais deve ocorrer de forma holística, sem fragmentar ou subordinar esses conhecimentos aos saberes técnicos convencionais, valorizando sua integridade e seu contexto cultural (Petzold; Andrews; Ford; Hedemann; Postigo, 2020).

Os povos tradicionais desempenham papel fundamental no monitoramento ambiental, resistindo a atividades poluentes e defendendo seus territórios, o que contribui para limitar a poluição e promover soluções sustentáveis. Paralelamente, as comunidades locais utilizam práticas tradicionais para restaurar ecossistemas degradados e se adaptar às mudanças climáticas, fortalecendo a resiliência socioambiental por meio de saberes ancestrais que são essenciais diante dos desafios contemporâneos. Ademais, esses grupos participam de espaços de advocacy, influenciando tanto as políticas públicas quanto os processos internacionais, como a Cúpula dos Povos, para garantir justiça climática e energética. Essa interação entre monitoramento ativo, restauração ecológica e influência política amplia o debate sobre conservação ambiental e participação cidadã, evidenciando a importância de uma abordagem holística que combine práticas tradicionais e políticas inovadoras para um futuro equilibrado e justo (Shawoo; Thornton, 2019).

Desde o Acordo de Paris (2015), tornou-se imprescindível que cidades e grandes centros urbanos atuem de forma coordenada com entes estatais e não estatais para gerar políticas adaptativas destinadas à proteção da população, e não apenas à mitigação dos impactos das mudanças climáticas (Farias; Bedoni; Maia, 2023). Embora as políticas de adaptação sejam fundamentais para prever desastres e reduzir vulnerabilidades, frequentemente privilegiam medidas setoriais, deixando de aproveitar o potencial dos saberes e práticas tradicionais, cuja incorporação poderia minimizar os efeitos adversos nas populações urbanas.

As vozes das comunidades tradicionais continuam excluídas ou marginalizadas e não participam ativamente de tratados internacionais sobre o clima, como a UNFCCC. Nesse contexto, Shawoo e Thornton (2019) defendem uma abordagem baseada em direitos humanos que não apenas compartilhe conhecimento, mas também conceda poder decisório às comunidades locais e aos povos indígenas em questões climáticas. Isso permitiria desafiar estruturas de poder coloniais e conferir efetividade a projetos locais de integração de saberes. A inserção dessas comunidades nos centros de discussão pode viabilizar a incorporação de seus saberes tradicionais nas políticas de adaptação, alterando o viés predominante de proteção e preservação ambiental.

## CONCLUSÃO



Para garantir o protagonismo de povos tradicionais e comunidades periféricas na resposta à crise climática urbana, o Estado e as instituições de planejamento devem:

- adotar modelos de governança colaborativa;
- fortalecer a participação social;
- valorizar saberes ancestrais em todas as etapas das políticas públicas.

Essas medidas são fundamentais para assegurar direitos territoriais, justiça socioambiental e uma transição energética verdadeiramente justa nas cidades brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J; ENGEL, C. Guidelines for Climate Change Adaptation in Brazilian Cities Through Urban Green Infrastructure. **Iop Conference Series: Earth and Environmental Science**, [S.L.], v. 503, n. 1, p. 012036, 1 maio 2020. IOP Publishing, <http://dx.doi.org/10.1088/1755-1315/503/1/012036>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2015.

FARIAS, Talden; BEDONI, Marcelo; MAIA, Fernando Joaquim Ferreira. Brazilian cities in the context of climate emergency and the need to overcome the neoliberal logic by polycentric governance. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, [S.l.], p. 1–17, jun. 2023. doi:10.18623/rvd.v20.2313-ing.

GIULIO, Gabriela Marques di; BEDRAN-MARTINS, Ana Maria Barbieri; VASCONCELLOS, Maria da Penha; RIBEIRO, Wagner Costa; LEMOS, Maria Carmen. Mainstreaming climate adaptation in the megacity of São Paulo, Brazil. **Cities**, [S.l.], v. 72, p. 237–244, fev. 2018. doi:10.1016/j.cities.2017.09.001.

MACEDO, Laura S. Valente de; JACOBI, Pedro Roberto; OLIVEIRA, Jose A. Puppim de. Paradiplomacy of cities in the global south and multilevel climate governance: evidence from Brazil. **Global Public Policy and Governance**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 86–115, mar. 2023., doi:10.1007/s43508.

MENDES, Vinícius. Climate smart cities? Technologies of climate governance in Brazil. **Urban Governance**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 270–281, dez. 2022. doi:10.1016/j.ugj.2022.08.002.

SELEGUIM, F.; WEINS, N.; GUTIERREZ, E.; SOEIRA, M.; NICHI, J.; DA COSTA FERREIRA, L. Nature-based solutions to adapt to local climate change: political strategies in Brazilian cities. **Brazilian Political Science Review**, [S.l.], v. 18, n. 1, e0004, 2024. doi:10.1590/1981-3821202400010004.

REYES-GARCÍA, Victoria; FERNÁNDEZ-LLAMAZARES, Álvaro; MCELWEE, Pamela; MOLNÁR, Zsolt; ÖLLERER, Kinga; WILSON, Sarah J.; BRONDIZIO, Eduardo S.. The contributions of Indigenous Peoples and local communities to ecological restoration. **Restoration Ecology**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 3-8, 14 nov. 2018. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/rec.12894>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/rec.12894>. Acesso em: 07 jun. 2025.



SOTTO, Debora; PHILIPPI, Arlindo; YIGITCANLAR, Tan; KAMRUZZAMAN, Md. Aligning urban policy with climate action in the global south: are Brazilian cities considering climate emergency in local planning practice? **Energies**, [S.l.], v. 12, n. 18, p. 3418, set. 2019. doi:10.3390/en12183418.

DAVID-CHAVEZ, Dominique M; GAVIN, Michael C. A global assessment of Indigenous community engagement in climate research. **Environmental Research Letters**, [S.L.], v. 13, n. 12, p. 1-18, 14 dez. 2018. IOP Publishing. <http://dx.doi.org/10.1088/1748-9326/aaf300>. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/aaf300>. Acesso em: 07 jun. 2025.

SHAWOO, Zoha; THORNTON, Thomas F.. The UN local communities and Indigenous peoples' platform: a traditional ecological knowledge :based evaluation. **Wires Climate Change**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 01-10, 15 fev. 2019. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/wcc.575>. Disponível em: <https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/wcc.575>. Acesso em: 07 jun. 2025.